

Contributo da ética para um uso sustentável dos recursos hídricos

Joana Raquel Fernandes Quina Araújo

Introdução

A deterioração do ambiente está a avançar a um ritmo alucinante e está a colocar em risco não só as gerações actuais, mas principalmente as gerações futuras (Castro e Malcata, 2001). Mas se é verdade que as razões para tal crise são várias, também é verdade que o seu cerne remete invariavelmente para a acção humana. O ser humano tem conhecimento das causas da crise ambiental e definitivamente tem de ser capaz de passar da teoria à prática e assim encontrar um caminho para a ultrapassar (Marques, 1998). Trata-se, efectivamente, de um desafio ao nível da alteração dos padrões de comportamento, que passa pela institucionalização de uma lógica de prudência.

A verdade é que, apenas adaptando as nossas posturas antropocêntricas e egocêntricas de estar no mundo é possível superar a crise ambiental da nossa época. Surge assim a necessidade de uma nova forma de conduta em relação à natureza, uma nova concepção filosófica Homem–Natureza (Nogueira, 2000). Nasce a Ética Ambiental que se pretende que venha a constituir um desafio e uma verdadeira exigência para uma nova concepção de humanismo, onde a liberdade e a responsabilidade deverão ser encaradas como gerando uma praxis múltipla e complexa – ética, política e economia sustentável (Fernandes, 2002). Esta nova forma de comportamento ético permitirá que todos os seres

possam usufruir, em conjunto, deste bem que é a vida. E a vida no planeta Terra, tal como nós a conhecemos, é indissociável da **água**.

Este trabalho incidiu fundamentalmente sobre a problemática dos recursos hídricos e sobre o contributo da ética para a sua sustentabilidade, pois, sem sombra de dúvidas que das várias ameaças ambientais com que a humanidade se depara no século XXI, a grande escassez de água doce, ocupa o primeiro lugar da lista.

A questão dos recursos hídricos afecta a humanidade nos mais diversos planos e devia figurar no elenco das preocupações mais prementes, pois condiciona de forma indelével a paz universal e o futuro de todos os seres vivos. A água é vida e símbolo de vida, constitui um recurso insubstituível, é fonte de desenvolvimento, proporciona dignidade e é um bem essencial para a redução da pobreza e para um progresso sustentado.

1. Crise, Ciência e Reflexão Ecológica

Nos tempos mais remotos o homem usufruía do mundo em próprio proveito, no entanto, a partir de determinado momento começou a tentar conhecê-lo. O saber gerou a técnica que levou à transformação do mundo; através da reflexão, da capacidade em se projectar no futuro, de inovar e de criar, o Homem, adquiriu progressivamente o poder de influenciar, de modificar situações e de alterar o decurso dos acontecimentos até nos domínios mais profundos da vida (Bourg, 1996).

À medida que a ciência transfere para as mãos do ser humano poderes que antes estavam reservados à natureza, de um ponto de vista ético, levanta-se a questão se e até que ponto estamos autorizados a exercer esses poderes, e em que medida aquilo que é tecnicamente possível se torna eticamente aceitável (Archer, 1996). Mas será que tudo

obedece a uma necessidade incontável? Crescimento sem limites? Progresso contínuo? O imperativo científico (científico – tecnológico) deve cruzar necessariamente o imperativo ético (Neves, 1995). Tal como diz Hans Jonas na sua obra *O Princípio Responsabilidade*: “É preciso modificar não só o modo de agir como o modo de pensar”.

Necessidade de uma nova acentuação ética

E foi através da percepção e da tomada de consciência do problema ecológico que o Homem despertou para a chamada “Consciência Ecológica”. Ao longo de várias décadas diversos acontecimentos fundamentaram esta mudança de atitude do agir humano. Em 1972, surgiu a publicação *Os Limites do Crescimento* pelo Clube de Roma e mais tarde a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA)*. Em 1979 Hans Jonas publicava *O Princípio Responsabilidade: Ensaio para uma ética para a civilização tecnológica*. Decorria o ano de 1987, quando foi publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas, o relatório *Nosso Futuro Comum* onde surge pela primeira vez o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*. Em 1992, realizou-se a IIª Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento conhecida por *Conferência do Rio*, ou Cimeira da Terra. E como último grande feito, até à data, onde foi dada grande ênfase à problemática ambiental, surge a *Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável*, que decorreu em Joanesburgo, em 2002.

2. Fundamentos das teorias ambientais

O despertar para a crise ecológica e para as preocupações ambientais irrompeu após a Segunda Guerra Mundial e nessa mesma altura ocorreu o grande “boom” de movimentos ambientalistas. Com o desenvolvimento destes movimentos, os debates sobre a sua importância e sobre os seus fundamentos tornaram-se cada vez mais frequentes, o que levou ao aparecimento de diversas correntes filosóficas, por vezes com inconciliáveis pontos de vista. Entre as diferentes correntes que foram surgindo, é possível, claramente, fazer uma distinção entre a ética ambiental antropocêntrica e a não antropocêntrica. Apesar de ambas convergirem para as mesmas práticas e políticas, os seus princípios são tão distintos que se tornam antagónicos. Na perspectiva das éticas antropocêntricas a finalidade ética do agir diz respeito ao ser humano e ao universo circunscrito das relações humanas, ao passo que uma ética não antropocêntrica propõe o alargamento da comunidade moral a outros seres que não apenas o ser humano. Dentro desta corrente ética, é ainda possível distinguir vários modelos não antropocêntricos: a ética kantiana, a ética animal, a ética biocêntrica, a ética ecocêntrica e o ecofeminismo (Beckert e Varandas 2004).

Na nossa opinião, porém, estas diferentes teorias convergem em três correntes principais, que designamos como: *antropocentrismo radical*, *ecologia profunda* e *antropocentrismo moderado*. Assim, o antropocentrismo radical aparece como posição extrema, defendendo a exploração, até à exaustão, dos recursos naturais assim como o lugar de destaque ocupado pelo ser humano. A ecologia profunda, também assumindo o seu lado mais radical e extremista, aparece como defensora inequívoca da igualdade entre as espécies, negligenciando, em prol da natureza, o papel do ser humano e o progresso de que é autor. Quanto ao antropocentrismo moderado, ele surge como a perspectiva

intermédia, sugerindo a modificação de valores antropocêntricos e procurando incluir o ambiente natural no desenvolvimento do ser humano e de toda a sociedade.

E é exactamente por estas razões que o **Antropocentrismo Moderado** nos parece a teoria mais equilibrada e por isso, por nós defendida. Esta corrente procura criar uma nova visão ética dos problemas ambientais e do modo como o ser humano deve reagir para tentar ultrapassar e resolver esses problemas. Segundo esta perspectiva, a tecnologia é um meio indispensável para o progresso científico e económico, bem como um meio para detectar e gerir os riscos ambientais que ameaçam a sobrevivência e o bem-estar humano. No entanto, o ser humano, em vez de dedicar à implementação de tecnologias em larga escala, deveria procurar promover tecnologias direccionadas para a solução de problemas concretos, não globais, de modo a permitir que o seu desenvolvimento reduza a interferência com o mundo não humano e reduzir assim a depleção e poluição dos recursos naturais – tal é a visão de desenvolvimento sustentável (Goldsmith, 1995).

Esta perspectiva procura uma modificação nos parâmetros antropocêntricos a fim de incluir factores biocêntricos. Contudo, o antropocentrismo nunca poderá deixar de ser considerado, uma vez que tudo parte da acção do Homem, sendo este o único ser racional com capacidade de escolher entre o certo e o errado, entre o bem e o mal.

No fundo, um antropocentrismo moderado propõe uma ética apta a criar uma nova relação entre o ser humano e a natureza de tal modo que esta relação fosse por fim à degradação ambiental. Se com efeito esta degradação devesse continuar, contribuiria para o desaparecimento de todas as espécies, incluindo a humana.

3. O Desafio ecológico: O principio responsabilidade

Relação Homem-Natureza

O ser humano tem que modificar o seu modo de actuar perante a natureza, pois não pode continuar a pensar que é dono desta, mas deve começar a ver-se como um ser que é parte integrante da natureza; tem que redefinir a relação consigo mesmo, modificar a sua atitude e aceitar-se tal como é (imperfeito, finito, fraco). É essencial para o ser humano instaurar um novo modo de agir, aceitar a sua condição de ser natural; tanto ele como a natureza fazem parte do mesmo mundo. Para este efeito, o homem tem de se tornar “melhor” do que é, tem de ser mais humano! Sejam quais forem os seus projectos de um futuro melhor para a humanidade, um princípio ético fundamental terá e tem de ser respeitado: o homem nunca deverá ser utilizado simplesmente como um meio, mas permanecer fim em si mesmo. O critério da sua humanidade reside assim na sua auto-finalização (Küng, 1990).

O Princípio Responsabilidade

O filósofo alemão Hans Jonas publicou a obra intitulada “*O Princípio Responsabilidade. Ensaio para uma ética para a civilização tecnológica*”; a ideia central é a de que uma ética para as civilizações tecnológicas deveria basear-se no dever e na responsabilidade do ser humano em relação à natureza e ao futuro das próximas gerações humanas sobre a Terra.

O princípio da responsabilidade pode ser entendido como a designação contemporânea de uma ética de responsabilidade, que tem como principal tarefa a harmonização entre as obrigações e os direitos dos homens perante e no seio da natureza –

“Podemos arriscar a nossa vida mas não a da humanidade” (Marques, 1998). No entanto, o princípio da responsabilidade não está restringido apenas e exclusivamente às responsabilidades que o ser humano tem para com as gerações futuras, mas também aos deveres que tem para com a natureza. A humanidade da pessoa humana continua a ser a origem dos valores éticos, porém o respeito devido à humanidade já não pode dissociar-se do respeito devido à natureza. Quer queiramos quer não, temos uma responsabilidade para com as gerações futuras; não estamos autorizados a colocar em risco a vida da humanidade. A existência de vida humana na Terra apresenta-se como um valor e a preservação das condições dessa existência como um dever a ser tido em conta pelas novas dimensões do agir humano. Assim sendo, não temos o direito de escolher o *não ser* das gerações futuras em proveito do *ser* da geração actual. Tal como o imperativo categórico de Hans Jonas *“age de modo a que os efeitos da tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a Terra”* e *“de modo a que os efeitos do teu comportamento não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida”* (Jonas, 1984).

4. A problemática da água

A água no contexto da crise global do ambiente

A saúde humana depende do fornecimento de água com qualidade, acessível a toda a população e com um custo suportável por todos e, embora o ser humano, tenha a clara noção de que a sua sobrevivência depende da existência de água potável, a verdade é que só muito recentemente a humanidade começou a reflectir sobre essa questão. A

intensificação da construção de grandes projectos hidráulicos veio alterar, definitivamente, o tipo de relação entre o Homem e a água, tendo o ciclo hidrológico natural sido drasticamente artificializado em muitas regiões. A captação excessiva dos aquíferos subterrâneos ao longo dos últimos anos devida, fundamentalmente, à ausência de conhecimento da quantidade disponível de água, resultou numa série de poços secos ou com produção reduzida, no colapso do solo, na interferência com outros cursos de água e no impacto ecológico sobre diversos ecossistemas. A água utilizada na agricultura, na indústria e nas actividades domésticas regressa ao seu ciclo natural contaminada com produtos químicos e detritos domésticos. Por outro lado, o desperdício tem vindo a afectar negativamente a quantidade de água disponível, pois, se considerarmos que a actividade agrícola consome cerca de 70% da água doce do planeta mas que a eficiência do seu uso é de apenas 40% (Castro e Malcata, 2001). Tal como afirma Bouguerra que cita Bousseta na sua obra *As Batalhas da Água*: “nós preocupamo-nos com os efeitos, mas não nos preocupamos com as causas” (Bouguerra, 2005).

A água doce é, por si só, o elemento mais precioso da vida na Terra, pois é essencial para a satisfação das necessidades básicas humanas, como a saúde, a produção de alimentos, a energia e a manutenção dos ecossistemas. Embora a água cubra cerca de 70% da superfície do planeta, apenas 2,5% é água doce; desta, 70% encontra-se sob a forma de gelo nas calotes polares, 29% está presa no solo (aquíferos subterrâneos, lençóis freáticos, humidade) e apenas 1% está disponível à superfície para o ser humano sob a forma de rios e lagos (WWDR, 2003).

A procura da sustentabilidade dos recursos hídricos necessita de ser integrada na sua viabilidade económica; no entanto, é também imprescindível que englobe a

solidariedade social, a cooperação com os países mais desfavorecidos, a responsabilidade ecológica e a utilização racional deste recurso, de modo a não comprometer as necessidades das gerações futuras e dos demais seres vivos (Bouguerra, 2005).

A instrumentalização da água – da ideologia do progresso à sociedade de risco

A questão da administração da água prende-se, fundamentalmente, com três conceitos essenciais: a equidade, a justiça e o direito das gerações futuras e a sua estratégia de acção tem e deve ser encarada de uma forma global, onde deve imperar o controlo da água, o controlo da vida e das condições de vida. No entanto, a gestão dos recursos hídricos, hoje em dia, levanta sérias questões, nomeadamente relacionadas com a privatização ou criação de empresas semi-privadas, responsáveis pela administração deste recurso.

A privatização da água

A despesa de manutenção, administração e funcionamento de uma infra-estrutura de abastecimento de água é de tal forma elevada que muitos países em desenvolvimento não têm condições de financiar de modo apropriado o fornecimento de água para grande parte da população. Por isso, recorre-se cada vez mais, ao financiamento privado, o que poderá levantar questões de natureza ética sobre a propriedade dos recursos naturais e os direitos sobre os mesmos: “a quem pertence a água, se é que ela pertence a alguém” (Selborne, 2001). Ou seja, o conceito fundamental de bem universal pode ser colocado em causa: e com a privatização, pode-se perguntar até que ponto os preços praticados por estas empresas serão justos, capazes de ser suportados por todos? Uma boa gestão da água,

deverá, por isso, assegurar a sua utilização eficiente, sem, no entanto, impossibilitar aos mais carenciados a satisfação das suas necessidades básicas de água (Cunha, 2003).

É fundamental que exista um esforço organizado com vista a modificar os padrões de acção actuais, procurando um equilíbrio entre o administrador e o consumidor geral, equilíbrio para que seja conseguida a meta da equidade, da justiça e do direito ao acesso por parte das gerações futuras (Castro e Malcata, 2001).

Água: fonte de cooperação ou de conflitos?

O aumento da população mundial, associado a um ordenamento desajustado com concentrações de população em zonas altamente carenciadas de água, faz deste recurso uma fonte potencial de conflitos regionais e internacionais (Ramos, 2002). Ao longo da história, a água tem sido historicamente objecto de cobiça e conflitos entre nações, tem funcionado diversas vezes como o catalizador de rivalidades económicas, étnicas, religiosas. O facto de haver uma distribuição irregular de água doce levou a que esta fosse considerada como uma arma de fácil manuseamento, com resultados extremamente eficazes. Situações típicas de conflito são as resultantes do aproveitamento dos cursos de água fronteiriços ou as resultantes de certas iniciativas de países que por exemplo procedem ao desvio de águas (Kutukdjian, 2004).

Principais iniciativas internacionais relacionadas com a água

Ao longo do tempo, muitos foram os acordos, conferências, reuniões, cimeiras e protocolos estabelecidos, no sentido de apresentar propostas, estabelecer metas e definir tarefas para que efectivamente a problemática da água comece a ser encarada como um verdadeiro problema para o qual urge encontrar uma solução. Não está somente em causa a dimensão política do problema da água, mas mais basicamente, uma questão ética, com todos os valores que lhe dão consistência e que se perfilam por detrás da aplicação de vários princípios, tais como o de justiça distributiva, o de precaução, assim como o princípio do “poluidor – pagador” (Kutukdjian, 2004).

5. A iminente mudança da paradigma

Surge a necessidade de um novo paradigma que, através da análise crítica do funcionamento das sociedades, em conjunto com uma reflexão sobre os meios adoptados, pretenda alcançar um outro tipo de desenvolvimento. Inclua valores de uma cidadania renovada, uma cidadania capaz de formar homens e mulheres capazes de estarem à altura dos grandes desafios do presente e do futuro.

E é através desta capacidade de agir, que o ser humano tem de ser capaz de adoptar uma diferente abordagem para o desenvolvimento e para uma melhor exploração, distribuição e consumo dos recursos hídricos. É necessária uma reordenação das prioridades regionais, nacionais e mundiais. As políticas de maximização de crescimento económico, incluindo a própria política do ambiente, necessitam de uma rápida e profunda reflexão, de uma reflexão envolvendo as consequências dos actos, na sociedade em geral, no que diz respeito à gestão dos recursos disponíveis, assim como em relação à melhoria da qualidade

de vida (Arvanitis, 2004). A sustentabilidade humana é a única forma de desenvolver sociedades capazes de acompanharem o processo de desenvolvimento. O modo como as sociedades, macro – ou micro – sociedades, se apresentam é a base de uma gestão sustentável dos recursos, quer naturais, quer não naturais.

Assim sendo, é imperativo o despontar de novos paradigmas sócio culturais, onde os valores e o respeito mútuo, quer pelos seres humanos, quer pelo mundo natural, se sobreponham ao modo egoísta como o ser humano tem tendência para actuar (Smith, 1998). O Homem só incorporará novos valores se forem gratificantes; isso significa que a afirmação da empatia e compaixão por oposição à pulsão egoísta implica também a necessária percepção das mais-valias individuais desses novos sentimentos (Marques, 1998).

Uma nova ética da água

A preocupação com a crise da água é muito mais do que uma simples moda ou uma singela previsão do futuro. Se efectivamente este tema começa a ganhar alguma notoriedade, nomeadamente ao nível de fora e conferências, é porque esta crise já é real em vários locais no planeta. Porém, a procura de uma solução para a problemática é demasiado complexa, uma vez que as dificuldades ao nível colectivo e ao nível individual não são iguais. Estas dificuldades decorrem muitas vezes do facto do indivíduo não se sentir responsável pela preservação dos recursos hídricos e não ter consciência das consequências dos seus actos.

A nova ética da água que está no centro desta análise pretende então ser uma nova cultura para a paz, baseada em valores de diálogo e envolvimento. O que chamamos «Uma

nova cultura da água» propõe uma mudança de maior alcance para novos modelos de gestão ecológica, baseados nas estratégias de conservação e procura; a chave essencial para estes novos modelos consiste em reconhecer e aceitar os limites de sustentabilidade dos ecossistemas, para os quais as estratégias de gestão dos recursos hídricos se revelaram decisivas.

Neste sentido, pensamos que seria indispensável encarar determinadas medidas, como as que são referenciadas neste trabalho e citando apenas algumas delas, como por exemplo:

- Agir de uma forma mais consistente na implementação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, documento apresentado a 15 de Outubro de 2001, que prevê 87 medidas para racionalizar o consumo de água e onde são identificadas metas de poupança a alcançar e o tipo de actividades a desenvolver nos vários sectores: agricultura, indústria, turismo e abastecimento público urbano;
- Fomentar a educação ambiental mais direccionada para o uso sustentável dos recursos hídricos. Este aspecto pode ser incutido pelos pais, avós, educadores de infância, etc.;
- Incentivos fiscais às empresas com vista a um maior controlo e poupança dos consumos de água, nomeadamente recorrer às melhores tecnologias disponíveis com vista à optimização dos processos de produção;
- Aumentar de forma significativa a diferença de preço entre os diversos escalões de consumo na factura da água, de forma a incentivar à poupança do consumo *per capita*;

6. Considerações finais

A crise ambiental é uma crise histórica, verdadeiramente singular e de proporções certamente globais. O ser humano começa lentamente a ter a noção de que efectivamente o problema ambiental existe e que atinge toda a humanidade, sem distinção de raças nem de classes sociais. Criou-se a consciência de que é necessário olhar o mundo com outros olhos, ter a percepção de que efectivamente o ser humano faz parte do mundo e que depende dele, uma vez que as suas atitudes para com a natureza se reflectem directamente no seu modo de vida.

A Ética Ambiental começa assim a ser vista como uma nova filosofia de vida do ser humano, assente em novos valores sociais humanos. A sua base é a saudável relação entre o Homem e a Natureza, incluindo todas as raças humanas e todos os seres existentes, englobando também os elementos fundamentais à vida, a água, o solo, o ar, para não falarmos do espaço e do silêncio (Sousa, 2002).

Uma ética centrada no uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos tem como função encaminhar esta nova visão da problemática ambiental. A consciência do grupo dos agentes assume, por isso, uma dupla função: por um lado, a sua tarefa é encarada como sendo utópica; por outro é vista como a “consciência ética (colectiva)” (Renaud, 2001).

A gestão dos recursos hídricos é tanto um problema público como um campo de luta onde se enfrentam interesses divergentes. Não chega ver a água como “*o sangue do nosso planeta*”, ainda é preciso ponderar e verificar se o direito à vida, à vida dos homens e da natureza, é ou não é garantido pelas decisões dos homens. Devemos encarar o ambiente como uma responsabilidade social e como um factor estratégico de sustentabilidade. O ser

humano deve pensar em si não como um ser individual, mas, tal como disse Edgar Morin na sua obra *Os problemas do fim do século*, um ser autónomo, auto-eco-organizador, onde a sua autonomia é inseparável da sua dependência (Morin, 1991).

Responder sem rodeios e sem manobras a questões vitais como a pobreza, a falta de saneamento básico, a má distribuição e a baixa qualidade da água, é uma condição para a nossa própria sobrevivência na Terra. O desafio é claro: deve-se colocar de pé uma ética de gestão e de distribuição da água que permita a todos viver em paz e cooperação.

Referências bibliográficas

ARCHER, L. (1996) – «Bioética: Avassaladora, porquê?». In: *Brotéria*. Nº 142, pp. 449-472.

ARVANITIS, A. (2004) (Apres.) - *The ethics of green diplomacy and water sharing*. Proceedings of III World Conference on Bioethics. 27 September at 1 October 2004, Cuenca.

BECKERT, C.; VARANDAS M. (2004) – *Éticas e Políticas Ambientais*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

BOUGUERRA, M. (2005) – *As Batalhas da Água: Por um bem comum da humanidade*. Trad. do francês de João Kreuch. Porto: Campo das Letras.

BOURG, D. (1996) – «Economia, Ecologia e Humanismo». In: *A Sociedade em Busca de Valores*, coord. Edgar Morin / Ilya Prigogine. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 37-52.

- CASTRO, P.; MALCATA, F. (2001) - «Ecoética ou Responsabilidade Humana para com o Ambiente». In: *Novos Desafios à Bioética*, coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald, Michel Renaud. Porto Editora, pp. 277 – 300.
- CUNHA, L. (2003) – «Meio século de percepções sobre a água na política internacional». In: *O Desafio da Água no século XXI: entre o conflito e a cooperação*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 33 – 60.
- FERNANDES, J. (2002) – *A Política e o Ambiente. A dimensão do indivíduo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GOLDSMITH, E. (1995) – *O Desafio Ecológico*. Lisboa: Instituto Piaget.
- JONAS, H. (1984) – *The Imperative of Responsibility, In Search of an Ethics for the Technological Age*. Chicago: The University of Chicago Press.
- KÜNG, H. (1990) – *Projecto para uma ética mundial*. Lisboa: Instituto Piaget.
- KUTUKDJIAN, G. (2004) (Apres.) - *Problems of Water: shortage and contamination*. Proceedings of III World Conference on Bioethics. 27 September at 1 October 2004. Cuenca.
- MARQUES, V. S. (1998) – *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- MORIN, E. (1991) – «O Pensamento Ecologizado». In: *Os Problemas do Fim de Século*. 3ª ed. Editorial Notícias, pp. 177-191.
- NEVES, M. C. P. (1995) (Apres.) – *O que é a Bioética?*. Comunicação apresentada no encontro “A Bioética e o diagnóstico pré natal”. Ponta Delgada.

- NOGUEIRA, V. (2000) – *Introdução ao Pensamento Ecológico*. Lisboa: Edições Plátano.
- RAMOS, C. (2002) – «A água: fonte de cooperação ou de conflitos?». In: *Ambiente 21*. nº 7 Ano I, pp. 40-45.
- RENAUD, I. (2001) – «Ética e Ecologia». In: *Novos Desafios à Bioética*, coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald, Michel Renaud. Porto Editora, pp. 272-276.
- SELBORNE, L. (2001) – *A ética do uso da água doce: um levantamento*. Brasília: Unesco.
- SMITH, M. (1998) – *Manual do Ecologismo, Rumo à Cidadania Ecológica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SOUSA, D. (2002) – «O Ambiente no caminho da Ética». In: *Revista Ozono*. Nº 16, pp. 19 – 21.
- World Water Development Report (2003) – *Water for People, Water for Life*. United Nations.